

# Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação superior católica em Goiás (1923-1955)

*Paulo Afonso Tavares*  
Universidade Federal de Goiás  
Goiânia - Goiás - Brasil  
jor.pauloafonso@gmail.com

---

**Resenha da Obra:** COSTA, Maximiliano Gonçalves da. *Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação superior católica em Goiás (1923-1955)*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2022.

---

Ao nos debruçarmos sobre a história da educação no Brasil, torna-se inevitável a apreensão do papel desempenhado pela Igreja Católica em tal processo. Desde o período colonial, catolicismo e instrução andaram de mãos dadas, tendo sido a tarefa de educar exercida majoritariamente por indivíduos e grupos sacerdotais até a época imperial. O advento da ordem republicana brasileira trouxe consigo a laicização do Estado. A Constituição de 1891, a primeira a ser promulgada após a queda da monarquia, extinguiu o regime de padroado e deu início à secularização das instituições dos Estados Unidos do Brasil. Apesar disso, seria errôneo compreender que tais disposições legais e políticas suprimiriam a influência e o lugar de destaque ocupado pela Igreja Católica na vida pública brasileira (ORO, 2011, p. 225). Em um cenário de luta pela manutenção de seus espaços e adeptos, a Igreja lançou mão de iniciativas educacionais para ratificar sua posição.

A obra *Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação superior em Goiás (1923-1955)*, de autoria de Maximiliano Gonçalves da Costa, figura como importante referência para o entendimento do contexto acima explanado. O livro é fruto da dissertação de Mestrado de Costa, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás em 2020, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Precioso e coorientação do Prof. Dr. Robson Gomes Filho. A publicação em formato de livro foi realizada pela editora da PUC Goiás em 2022. Em sua pesquisa, Costa concentrou-se sobre as

empreitadas educacionais de Dom Emanuel de Oliveira, bispo de Goiás entre 1923 e 1955.

Seguindo direções similares às de outras investigações acadêmicas acerca do imbricamento entre o poder temporal, Estado e educação, como, por exemplo, a tese de Doutorado de Vanessa Carnielo Gomes (2019), Maximiliano Costa oferece ao leitor um dinâmico olhar sobre a atuação episcopal de Dom Emanuel, que articulou com maestria seus interesses junto aos âmbitos do governo, da sociedade e da própria esfera católica. Dando conta dos múltiplos aspectos e da complexidade das movimentações do bispo, o autor demonstrou exitosamente a função da educação tanto em escala micro, na trajetória de Dom Emanuel, quanto numa perspectiva macro, ao dissertar sobre os conflitos, interesses e eventos que marcaram o envolvimento da Igreja Católica com o campo educacional no Brasil.

O livro é dividido em cinco capítulos, contendo também introdução, prefácio e apresentação – os dois últimos redigidos, respectivamente, pelos professores Daniel Precioso e Robson Gomes Filho. A introdução fornece ao leitor dados biográficos importantes acerca de Dom Emanuel. Costa desvela a inserção do futuro bispo num ambiente católico desde a infância, haja vista que tanto ele quanto seu irmão, Helvécio, foram criados pelo tio, que era vigário e cônego. Os jovens passaram por colégios jesuítas e salesianos. O pano de fundo era o esforço das congregações católicas em formar um “clero competente”. As veredas formativas seguidas por Emanuel são mescladas ao panorama histórico brasileiro do período, isto é, a ascensão da ordem republicana. O destaque a tais fatores, conforme demonstrou Costa, é substancial para o entendimento do perfil público assumido pelo sacerdote. Isso porque, apesar de ter sido criado por um religioso monarquista e conservador, Dom Emanuel também presenciaria o ocaso do regime monárquico, o que moldou fortemente sua capacidade de conciliar os interesses de manutenção da influência católica com as demandas políticas daqueles tempos.

Ainda nessa toada, Costa apresenta outros dados biográficos, chegando, finalmente, ao momento em que Dom Emanuel assume a função de bispo de Goiás, tendo tomado posse em 5 de agosto de 1923. Nessa altura, o autor delinea aspectos importantes do contexto em que Emanuel iniciou seu episcopado, como a instalação do Estado Novo varguista. O pesquisador se apoiou na categoria de “laicidade à brasileira” para classificar o bispado de Emanuel, principalmente nos trabalhos de Cesar Alberto Ranquetat Júnior (2008; 2012). Ou seja, entende-se que, apesar de haver uma separação jurídica e formal entre Estado e Igreja, as articulações e alianças entre estes mantiveram-

se. O caso de Dom Emanuel é ilustrativo a respeito disso, como argumentado por Costa. Em linhas gerais, a introdução é organizada e sucinta. Apesar disso, sinalizamos para a ausência de uma explicação sobre a natureza das fontes a serem analisadas ao longo da obra, haja vista seu pertencimento à área da História.

O primeiro capítulo gira em torno da concepção de educação apresentada pela encíclica *Divini Illius Magistri*, outorgada pelo Papa Pio XI em 1929. Novamente, o cenário geral de laicização no mundo ocidental surge como mola propulsora da reação católica em fins do século XIX e início do XX. O cerne da discussão desenvolvida por Costa é a crescente perda de espaço pela Igreja Católica frente aos avanços da modernidade. Lançando mão de historiadores como Eric Hobsbawm e Reinhart Koselleck, o autor detalha a aceleração temporal e as mutações conceituais que caracterizaram a ordem moderna ocidental, indicando como a Igreja foi atingida por essas transformações. A resistência católica ao “modernismo” foi plasmada especialmente a partir da ação dos ultramontanos. Em suma, são denominados ultramontanos os setores católicos que fizeram frente ao ideário moderno e defendiam a primazia da autoridade papal (SANTIROCCHI, 2015). No Brasil e, especificamente, em Goiás, Dom Eduardo Silva, bispo entre 1891 e 1907, foi um dos maiores nomes do ultramontanismo, tendo realizado grandes esforços em direção à formalização e organização da liturgia católica face ao caráter popular da religiosidade brasileira (GOMES FILHO, 2020, p. 54).

A renovação do campo didático e a criação de novas pedagogias foram insígnias da modernidade. Como apontado por Costa, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, propagaram-se linhas pedagógicas altamente distintas da católica, fossem elas as de caráter emancipador e crítico, como a pedagogia socialista, ou até mesmo aquelas afinadas com a febre nacionalista do período, como ilustra o caso do escotismo. Esse panorama teria inspirado Pio XI a redigir a carta *Divini Illius Magistri*, por meio da qual buscava a legitimação da tarefa educadora da Igreja, entendida como “missão sobrenatural”. Em termos amplos, o documento papal fazia a apologia de uma instrução voltada à formação do “bom cristão”, ancorando-se em uma concepção providencialista de educação, como bem indicado por Costa. Nessa altura, o pesquisador apresenta o aporte teórico de sua investigação, qual seja, a conceituação de campo e *habitus*, de Pierre Bourdieu. O autor compreende, em resumo, que a Igreja Católica se utilizou da educação como ferramenta para criação de um *habitus*, tendo em conta o plano geral de domínio de pedagogias laicas. Costa é bem-sucedido na mobilização dos conceitos, sobretudo quando aborda os embates entre a Escola Nova e o ideário educacional católico.

A Escola Nova foi um movimento de renovação pedagógica que ganhou corpo principalmente durante a primeira metade do século XX. Suas principais características, como bem explanado por Maximiliano Costa – ainda que de forma excessivamente longa –, eram a preparação para o trabalho, o fomento à autonomia, a valorização da liberdade e a permissão para o afloramento da identidade dos alunos. Ademais, o movimento escolanovista compreendia o discente como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, sendo essa uma maneira de incentivar a atividade cívica dos sujeitos e inculcar-lhes comportamentos afinados à vida em comunidade e às necessidades do mundo moderno e industrializado (ALVES, 2010, p. 167).

Segundo a argumentação de Costa no primeiro capítulo, a Igreja repudiava esse conjunto de ideias e práticas. Nesse sentido, recorreu à criação e divulgação de associações e materiais em defesa de uma educação pautada nos valores cristãos. O autor, entretanto, corretamente sinaliza para o fato de que a Igreja não se manteve estática frente aos avanços da modernidade. Como bem sintetizado por Costa, a instrução católica modernizou seus métodos, mas manteve um alicerce conceitual tradicional. O autor finaliza a primeira parte de sua obra com uma interessante análise do conteúdo da *Divini Illius Magistri*. Em resumo, a encíclica concedia à Igreja primazia no fornecimento de educação, seguida da família e, por fim, do Estado, que deveria servir como força complementar às outras instâncias. A leitura de Costa é acurada e contextualizada, conquanto pareça não ser subsidiada por uma metodologia específica. É pertinente pontuar, além disso, que, desde o início até o último capítulo da obra, a redundância surge como problema. O autor repete ideias a exaustão, talvez em busca de assegurar o entendimento do leitor. A tática, contudo, gera certo “cansaço” ao longo da leitura.

Já no segundo capítulo, Costa direciona seu olhar para o envolvimento da Igreja com a educação superior, um dos focos dos planos educacionais de Dom Emanuel. A discussão é inaugurada com a lembrança da íntima ligação entre as ordens eclesíásticas e o nascimento da universidade, ainda na Europa medieval. O centro do debate desenvolvido nessa parte é a convivência – nem sempre pacífica – entre iniciativas educacionais oriundas do Estado e da Igreja. No Brasil colonial, sabe-se que o ensino foi assumido pelos padres jesuítas, responsáveis pela fundação não somente de colégios e seminários voltados aos estudos iniciais, mas também de cursos superiores cujos currículos assemelhavam-se aos das universidades portuguesas. Esse cenário foi alterado pelas reformas operadas pelo Marquês de Pombal no século XVIII. O ministro expulsou os jesuítas das terras brasileiras e mandou que se instalassem aulas régias de Filosofia,

Retórica, Latim e Grego. Paralelamente, na Universidade de Coimbra, o principal centro de formação da elite lusitana, eram renovados os currículos, que doravante deveriam atender às demandas do moderno Estado português. O foco da instrução superior, nesse sentido, era a constituição de um aparato burocrático eficiente (CARVALHO, 2000, p. 131).

A descrição realizada por Costa passa pela criação de cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda, bem como pelas escolas politécnicas e demais instituições educacionais criadas durante o período Imperial. O que se depreende da narrativa histórica apresentada pelo autor é a paulatina passagem do controle sobre a educação das mãos do clero para as do Estado. Novamente, a modernidade afastava cada vez mais a Igreja de suas funções preponderantes, dentre elas a instrução. Alcançando o período republicano, Costa sublinha os movimentos de Dom Sebastião Leme enquanto propagador da restauração católica num país em vias de laicização. É notável a agência política dos clérigos, tendo sido Dom Leme um importante intermediador entre Washington Luís e Getúlio Vargas no alvorecer do Estado Novo, em 1930. Consideramos, inclusive, que esse seja um dos pontos altos da argumentação de Maximiliano Costa, qual seja, a apresentação e problematização da ingerência de setores da Igreja Católica na vida política brasileira – ainda que num momento de supressão do poder social eclesiástico.

Ainda no segundo capítulo, o autor aborda a fundação de uma miríade de universidades pelo Brasil. Esse processo é de grande relevância para a compreensão dos projetos de educação superior católica, tendo em conta que, dali em diante, eles teriam de competir com iniciativas tanto do Estado quanto de outras congregações religiosas. Segundo Costa, a Universidade Católica do Rio de Janeiro – reconhecida como “Pontifícia” por Roma em 1947 – foi um paradigma para as que surgiriam em seguida. Tendo munido seu leitor de um largo repertório de informações acerca da instrução de nível superior no Brasil, o autor inaugura a terceira parte da obra com sua lupa voltada especificamente à participação de Dom Emanuel de Oliveira no campo educacional goiano. Relativamente curto, o capítulo tem sua tônica no enfrentamento de uma série de desafios econômicos e políticos pelo bispo. São destacados os problemas financeiros que acometiam a instituição católica em Goiás, a falta de sacerdotes e a criação de novas prelazias. Dessa forma, os primeiros anos do episcopado de Dom Emanuel foram direcionados à resolução de tais impasses.

Já nessa altura torna-se patente a capacidade de articulação política possuída por Dom Emanuel – capacidade essa que é bem demonstrada por Costa a partir das análises de fontes e bibliografia sobre o bispo. São notórias as intermediações criadas pelo autor entre o contexto geral do país e do estado de Goiás e os interesses da Igreja Católica. Uma excelente ilustração é a correlação entre o aumento demográfico vivenciado nas primeiras décadas do século XX e a necessidade de criação das novas prelaças. O capítulo, embora pequeno, sofre de mais um problema que perpassa por outras partes do livro, isto é, o uso excessivo de citações diretas. Para além disso, Costa intercala recortes de fontes com extensos fragmentos do material bibliográfico. A ausência de uma explanação sobre a metodologia empregada para a interpretação dos documentos históricos surge novamente, o que gera a sensação de que os discursos dos sujeitos investigados não foram problematizados pelo pesquisador.

O terceiro capítulo conta ainda com uma instigante averiguação das querelas entre católicos e protestantes em Goiás na primeira metade do século passado. Na argumentação de Costa, inclusive, essa rivalidade foi uma das molas propulsoras do projeto educacional de Dom Emanuel, que via na educação protestante – em plena efervescência e expansão – uma ameaça ao predomínio do ideário católico na região. Esse panorama instou o bispo a investir fortemente na educação primária e a planejar outras maneiras de combater o espraiamento do protestantismo. Costa destaca, à guisa de ilustração, que os projetos para fundação da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia foram fomentados pelo surgimento anterior do Hospital Evangélico Goiano, que já possuía grande relevância social à época. Conclui-se, desse modo, que os incentivos de Dom Emanuel à educação, tanto primária quanto superior, estavam alinhados com um plano mais amplo, fomentado pela própria Santa Sé, cujo cerne era a restauração e o fortalecimento da autoridade católica em Goiás.

No quarto capítulo, Costa afunila sua investigação, lançando luz especificamente sobre os empreendimentos de Dom Emanuel na educação superior goiana. Os cursos superiores laicos existiam em Goiás desde o início do século, com a criação do curso de Direito. Posteriormente foram fundados os cursos de Farmácia e Odontologia. Costa traça panoramas históricos de cada um deles, apresentando com acuidade a trama de interesses que existia por trás dessas iniciativas. Afinal de contas, num país que buscava se modernizar e dotar suas elites de capacidades políticas e técnicas, a formação superior era urgência. No que concerne à educação superior católica goiana, o autor localiza sua gênese nos cursos oferecidos pela Santa Casa de Misericórdia. Eram eles Enfermagem,

Farmácia e Odontologia. Nesse contexto, frente ao desenvolvimento do estado de Goiás, cuja marca principal foi a fundação de sua capital, Goiânia, era mister a criação de hospitais e centros instrucionais. As negociações de Dom Emanuel com Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal, foram substanciais para que tais projetos se concretizassem.

Ainda no que toca à fundação de Goiânia, é importante pontuar a participação de Dom Emanuel na escolha da localidade da nova capital. Tal processo pertenceu à conhecida Marcha para o Oeste, política encampada pelo governo de Vargas com o objetivo de desenvolver e integrar a região central do Brasil. Pedro Ludovico foi a figura central da Marcha em Goiás, buscando afastar-se do poderio oligárquico ali predominante (SILVA; MELLO, 2013, p. 59). O envolvimento de Dom Emanuel nesses eventos é mais uma amostra, exitosamente explorada por Costa, de suas habilidades políticas. Ademais, completando a discussão do quarto capítulo, são apresentadas as disputas entre salesianos e franciscanos pela direção da educação católica na cidade de Anápolis. A exposição feita pelo autor indica as fissuras internas do movimento de renovação católica goiano, descortinando o caráter político e conflituoso do cotidiano eclesiástico investigado.

A quinta e última parte da obra de Maximiliano Costa apresenta os pontos cardeais da ação de Dom Emanuel em prol da educação superior goiana. O autor elenca três momentos chave durante a década de 1940: o Congresso Eucarístico de Goiânia, a criação da Sociedade de Educação e Ensino de Goiás e a fundação da Universidade do Brasil Central. Em relação ao Congresso Eucarístico, Costa assevera que se tratou de um “grande evento eclesial”, ocorrido em 1948, que teria contribuído para uma maior aproximação entre a Igreja e o governo. É relevante observar que, um ano antes, Dom Emanuel havia apoiado publicamente a candidatura de Jerônimo Coimbra Bueno ao governo do estado, contrapondo-se à posição política de Pedro Ludovico. O autor constata que a vitória de Coimbra Bueno foi primordial para o estabelecimento da “neocristandade” em Goiás nos anos seguintes.

Já a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás foi a instituição criada para gerir a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que, no futuro, seria a gênese da Universidade do Brasil Central. Dom Emanuel esteve envolvido em todos os trâmites para criação da FFCL. De acordo com Costa, o bispo teria sido o “mentor” desse projeto, tendo estabelecido as direções que a instituição seguiria. O autor afirma que toda a estrutura curricular e de funcionamento da Faculdade era afinada com a concepção de

indissociabilidade entre ciência e religião. Dessa maneira, a Igreja tinha um duplo ganho: garantir sua autoridade no campo educacional e manter boas relações com o Estado e a sociedade civil. Para manter suas iniciativas, Dom Emanuel negociou com deputados e cidadãos. A fundação da Universidade do Brasil Central foi símbolo da aliança entre os interesses da Igreja e do governo. Como bem pontua Costa, enquanto Dom Emanuel via na Universidade uma maneira de consolidar o projeto restaurador católico em Goiás, Coimbra Bueno objetivava solidificar o sistema de instrução superior em Goiás e, conseqüentemente, fortalecer sua governança.

Dom Emanuel de Oliveira morreu em 1955, mas seu legado como “bispo da instrução” permanece vivo. Trabalhos como o de Maximiliano Costa são contribuições indispensáveis para um entendimento profundo e multifacetado das relações entre Igreja e Estado no Brasil contemporâneo. O enfoque sobre o interesse eclesástico pela educação torna a pesquisa ainda mais rica e instigante, pois descortina os múltiplos espaços e temporalidades das tramas políticas, econômicas e sociais nas quais a Igreja Católica se envolveu. O projeto de Dom Emanuel carregava traços de modernidade e conservadorismo, tradição e inovação. Ao fim e ao cabo, visualiza-se a busca pela sobrevivência de uma instituição milenar em um mundo em franca transformação. A obra de Costa, embora sofra de problemas formais, é inegavelmente uma referência sólida e edificante para os pesquisadores interessados pelo tema.

## Referências

ALVES, Luís Alberto Marques. República e educação: dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA**, Porto, v. 11, série 3, p. 165-180, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás no início do século XX: caracterizações e problematizações. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 13, p. 51-66, 2020.

GOMES, Vanessa Carnielo Ramos. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação em Goiás (1923-1947): entre a Igreja e o Estado**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.



RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos em espaços públicos. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade do Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 30, n. 15, p. 59-72, 2008.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). **Itinerantes. Revista de Historia y Religión**, Tucumán, n. 5, p. 65-90, 2015.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo de. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Cordis**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, 2013.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Paulo Afonso Tavares** é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS).

---

Recebido em 14/11/2023

Aceito em 05/03/2024